

competência

▷ **COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI**: É a competência que se dá em razão da matéria (crimes dolosos contra a vida).

* apenas a forma dolosa é que torna o Tribunal do Júri competente p/ tais delitos.

↳ são os crimes do art. 121, 122, 123, 124, 125 e 126 do CP, todos na forma **DOLOSA**.

↳ crime contra a vida culposos não é julgado pelo Tribunal do Júri

↳ a matéria afetada ao Tribunal do Júri terá preponderância em relação às demais formas de competência prevista no CPP, ou seja, é **competência absoluta**.

importante

→ se for praticado mais de um crime (estupro e homicídio doloso), todos eles serão julgados pelo Tribunal do Júri.

▷ **COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO**: É a **competência territorial**, uma espécie de **competência relativa**.

De acordo com o art. 40 CP, em regra a competência será determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou em o caso de crime tentado, será no lugar em que foi praticado o último ato de execução.

↳ **teoria do resultado** p/ aferir a competência em razão do lugar

É importante mencionar que o § 3º do art. 40 prevê a **competência pela prevenção**, quando existir dúvida entre os limites territoriais de 2 ou mais jurisdições ou quando incerta a jurisdição. Deste modo, o primeiro juiz competente que tomar conhecimento da causa torna-se provento p/ tomar conhecimento da causa e julgar. Por primeiro a tomar conhecimento da causa entenda-se aquele juiz que precedeu a outro na análise de um processo, tendo proferido alguma decisão.

importante

→ ainda, em relação a competência firmada pela prevenção, quando se tratar de crime continuado ou permanente, a mesma regra será aplicada.

Quando se trata de **crime continuado**, como eles podem ter sido praticados em diversos locais, sob a jurisdição de diferentes juízes, considera-se praticado apenas um delito, incidindo o critério

→ aumento da pena

rio da exaustação da pena.

Neste caso, o primeiro dos juízes igualmente competente que tomar conhecimento da causa será tido como prevento. Da mesma maneira quando se tratar de crime permanente, em que a consumação perdura no tempo.